

Assumisse logo o compromisso de Lucio Lafer, até o Sr. Ministro da Fazenda estava escarnoteando nessa reunião.

Agora, pergunto: como o Senhor Deputado Horácio Lafer, que cuida de tantos negócios relativos às suas indústrias e elabora relatórios na Comissão de Finanças é ainda chamado à Superintendência da Moeda e do Crédito para estudar a situação do resgate dos títulos brasileiros?

Sr. Presidente, só tenho uma expressão para a presença do Sr. Ho-
-aprovou tudo que o Sr. Ministro da Fazenda queria fazer uma encenação perante o país, dando a impressão de que o Congresso estava concordando com esse resgate e precisava de uma "moldura". O Sr. Horácio Lafer infelizmente prestou-se a esse papel de "moldura" da situação dos negócios do Sr. Ministro da Fazenda. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. João Botelho (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Aureliano Leite.

O SR. AURELIANO LEITE (*) Sr. Presidente! Realizaram-se círculos em São Paulo, na Capital e no interior, as solenidades comemorativas do "9 de Julho", ou seja, da nossa maior data, aquela que marca a Revolução Constitucionalista. Foi este acontecimento, como todos devem estar lembrados, que fez com que o Brasil, um tanto diametralmente, embora viesse a se reconstitucionalizar.

Não quem diga que essa revolução não foi perdida, pois ela teve, a despeito de, imediatamente, o seu triunfo completo. Depois do pequeno período constitucional, só o qual o nosso país viveu, e, após o nefando golpe de estes de 10 de novembro as bandeiras dos Estados os seus braços e flamulas e mais especialmente o pendão do grande Estado bandeirante, foram incineradas em solenidade pomposa na Praça do Russel, na cidade do Rio de Janeiro. Foi solidário com essa solenidade o deputado Interventor de São Paulo, seu atual governador, Sr. Admar de Barros.

Sobre esse incidente, o grande estadista Armando de Sales Oliveira, já no exílio, no digníssimo exílio em que se encontrava nos Estados Unidos, compôs um manifesto dos mais interessantes, dos mais grandiosos da vida política do Brasil, intitulado "Diagrama de uma situação política." Tal manifesto, que levou o insigne estadista Armando de Sales Oliveira ao banco dos réus, embora tendo o respectivo processo corrido à revelia, pois no mesmo tempo em que era chamado ao Tribunal de Segurança encontrava-se exilado no estrangeiro, contém trechos magníficos de patriotismo acendrado, como o que vou ler à Câmara, a fim de que fique constando nos Alais.

Sendo hoje 10 de julho e tendo transcorrido ontem a grande efeméride paulista, só hoje posso pedir a transcrição do seguinte extracto;

"PRIMEIRA SOLENIDADE"

De Armando de Sales Oliveira — "Diagrama de Uma Situação Política"

A primeira solenidade do "estado novo" foi de rompimento com o passado. Na praia do Russel, em espetáculo ordenado segundo um ritual inédito, foram incineradas as bandeiras dos Estados brasileiros. As palavras, que então se pronunciaram, foram todas de louvor à obra de unificação nacional que se iniciava no Brasil. Fascinado pelas chamas, o povo não percebeu que nenhuma palavra exaltaria a emanção espiritual que subia a despeito de tudo, daqueles símbolos calcinados. A cerimônia foi mais um ardil do sr.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Getúlio Vargas, que tentou aprisionar almas candidas dando-lhes um alimento que as impedisse de pensar no que ele lhes subtraiu a 10 de novembro. E não era difícil discernir, através das labaredas, dos coros e das palmas, a fragor de um regime que, anunciado como uma poderosa força criadora, revelava, desde o primeiro passo, com a sua insinceridade, a sua pobreza de imaginação.

Cada um de aqueles retângulos de pano representava um pedaço da nossa história. Por trás dos anelinhos barbados pela nova religião política havia imagens fulgurantes — grandes homens e grandes feitos, que nenhum poder humano conseguiria reduzir a cinzas. Que alcance tem a quemila do estandarte Rio-grandense, se se deixa no seu pedestal, na praça mais bela do Pôrto Alegre, a esta tua de Hento Gonçalves? Que importa aos mineiros, idólatras da Inconfidência, o desaparecimento dos escudos com a legenda famosa, se o nome e a história de Tiradentes vivem em todas as memórias e se Ouro Preto não perde as prerrogativas de monumento nacional? Que vale a insinuação da bandeira de São Paulo, se os contornos do Brasil nela tinham sido fixados pelos velhos gigantes do planalto e se os mortos da revolução de 32 inspiram um culto fervoroso, a que os acontecimentos de 10 de novembro deram um sentido ainda mais puro? Que significação tem para os permanecentes a entrega do seu pavilhão às chamas, se os mártires de 1817 não podem ser arrancados da história brasileira sem nos negarmos a nós mesmos?

Nenhum mal faziam as bandeiras e os brasões dos Estados à unidade do Brasil. Desaparecidos, não fazem falta. Se aos olhos de muita gente honesta constituíram fermentos de dissociação, não havia entretanto, nem se poderia ter seguido o alívio de recolher a um museu, numa procissão de história. A igéia não é minha, mas de um homem do povo, um homem sem bravata, ferido pelo caráter de ação pública, de que se reverte a a cena do Russel. Mas nem sempre se encontra dentro dos paixões a sensibilidade de um homem da rua.

A verdade é que o sr. Getúlio Vargas atacou os símbolos materiais porque não achou meio de eliminar aquilo que elas significavam para a consciência democrática do Brasil — uma maravilhosa sucessão de reações populares, de revoluções grandiosas, cujo pensamento central em caso algum foi um pensamento antibrasileiro mas a expressão de um impulso irreprimível para a vida dos povos livres.

Sr. Presidente, acossado pelo tempo, deixa aqui o trecho do grande manifesto de Armando de Sales Oliveira. É uma página autólogica de civismo brasileiro. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Crepory Franco.

O SR. CREPORY FRANCO — Deixiste da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Dolor de Andrade. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Samuel Duarte.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente! E' com o mais legítimo sentimento de revolta, de indignação e de protesto, que ocupo hoje a tribuna para denunciar um ato de selvageria, um brutal atentado ocorrido na cidade de Campina Grande, na noite de ontem após o comício ali realizado pelo Sr. José Pereira Lira, Secretário do Presidente da República.

Realizado o comício, correligionários nossos procuravam levar a efeito uma parada, em altitude pacífica, quando a polícia apareceu e utilizou suas armas contra o povo. Dessa selvageria, resultou a morte de três amigos nossos, sendo feridos onze, entre os quais o meu parente e amigo Senhor Jovino Sobreira, membro do Diretório do P. S. D. daquela cidade e comerciante que ali goza da melhor reputação.

O SR. LINO MACHADO — Veja Vossa Ex. a gravidade desse atentado. Tem-se a impressão de que está sendo dirigido pelo alto funcionário, ou couisa que o valha, do gabinete do Sr. Eurico Gaspar Dutra.

O SR. PLÍSTIO LEMOS — Pelo jeito é a reprodução do que se verificou no Largo da Carioca, a chacina de uma população indefesa.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente, quando os líderes da Coligação paraibana realizaram, o mês passado, uma excursão por todo o Estado, os Senhores José Américo e José Carneiro, candidatos a Governador do Estado e a Senador, percorrendo os principais municípios, dirigiram campanha em moldes rigorosamente democráticos. Assim, a conduta do estandarte Rio-grandense, se se deixava no seu pedestal, na praça mais bela do Pôrto Alegre, a esta tua de Hento Gonçalves? Que importa aos mineiros, idólatras da Inconfidência, o desaparecimento dos escudos com a legenda famosa, se o nome e a história de Tiradentes vivem em todas as memórias e se Ouro Preto não perde as prerrogativas de monumento nacional? Que vale a insinuação da bandeira de São Paulo, se os contornos do Brasil nela tinham sido fixados pelos velhos gigantes do planalto e se os mortos da revolução de 32 inspiram um culto fervoroso, a que os acontecimentos de 10 de novembro deram um sentido ainda mais puro? Que significação tem para os permanecentes a entrega do seu pavilhão às chamas, se os mártires de 1817 não podem ser arrancados da história brasileira sem nos negarmos a nós mesmos?

Agora, porém, uma alta autoridade da República, que utiliza na sua propaganda os meios oficiais...

O SR. LINO MACHADO — E os processos do Largo da Carioca.

O SR. SAMUEL DUARTE — ... e empresas de publicidade intimamente ligadas ao oficialismo, chega à cidade de Campina Grande, e, já pelo apoio que recebe essa autoridade, já pelas ameaças, anteriormente anunciamadas por seus aulicos e amigos, não podia ser outro o ambiente capaz de favorecer atentados como o que estou denunciando.

Mais uma vez faço um apelo ao Sr. Presidente da República...

O SR. LINO MACHADO — Responsável por todas essas carnificinas, cínico, talvez.

O SR. SAMUEL DUARTE — No sentido de que faça descer sobre o espírito de seu Secretário um conselho e uma advertência, a fim de coibir nos seus aliados da Paraíba a prática de excessos dessa natureza, que opõem contra nossos foros de cidadania.

Nossa campanha no Estado é inspirada em sentimentos muito altos, de respeito aos adversários. Em troca disso que acontece, Sr. Presidente? Os fatos de Campina Grande são a primeira amostração dos métodos que agradam ao Sr. Chefe da Casa Civil na propaganda de sua candidatura ao Senado Federal.

Não me venham dizer que S. Exceléncia nada tem com as ocorrências. Bastaria a consideração do cargo que ocupa o Sr. Pereira Lira; bastaria que os seus aliados sentissem da parte do Sr. Pereira Lira e do oficialismo que o apoia, uma atitude de licença, de serenidade, de respeito às garantias de regime, para que a Polícia se desolvesse. Fosse outra a sua conduta e não seriam atingidos nos seus círculos e nas suas liberdades cidadãos específicos, que apenas cometem o delito de opinar numa regime de livre opinião.

O SR. LINO MACHADO — Prática que vem desde o inicio deste Governo — é bom não esquecer. Foi isso mesmo que se viu no Largo da Carioca, quando o Sr. Pereira Lira estava na chefia da Polícia. O inquérito ainda está sendo esperado. Foi, então, assegurado a esta Casa, pelo mesmo líder que está, que teríamos conhecimento dos responsáveis por aquela carnificina. Até hoje, entretanto — quase cinco anos decorridos — nada chegou aqui.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente, telegrama de um dos membros mais destacados do Diretório do P. S. D. municipal de Campina Grande dá notícia sumária dos acontecimentos. Até agora, não recebemos maiores detalhes, porque o telegrama se tem mantido silencioso a respeito do assunto, o que não deixa de causar estranheza, dado o espaço de tempo decorrido desde a hora das ocorrências. Não constitui, entretanto, surpresa para nós, que participamos da política paraibana, o que está acontecendo.

A superioridade eleitoral é de nossa causa, da causa da Coligação. Grande é a impopularidade que desfruta o auxiliar do Sr. Presidente da República — o que é lamentável, porque se trata de um conterrâneo que ocupou duas altas posições neste Governo, e teve oportunidade de proporcionar no Estado um ambiente de simpatias, de solidariedade e de apoio. A última hora S. Ex. até se retrou das filhas do nosso partido, porque, fomentando uma dissidência, somente conseguiu a adesão de um chefe de diretório municipal. De 41 diretores municipais, só um acompanhou na sua aventura o Sr. Pereira Lira.

E lançando-se nos braços do Sr. Argemiro de Figueiredo, que perdeu as eleições municipais no seu principal reduto, o município de Campina Grande, o mais importante do interior do norte do país, não lhe resta agora senão o caminho da competição e da violência para tentar arrebatar-nos uma vitória que nos está assegurada pela solidariedade da maioria do povo paraibano.

Registrando esses tristes acontecimentos, Sr. Presidente, encareço mais uma vez a atenção das altas autoridades da República para o panorama, que se está desenvolvendo na Paraíba, para as cenas de selvageria e brutalidade, que a Polícia do Estado está praticando contra nossos correligionários. Dírio, ao mesmo tempo, um apelo ao atual Governador do Estado, Sr. Dr. José Tarzino, de quem espero providências energicas, a fim de sejam apuradas as responsabilidades dos crimes e rigorosamente punidos os culpados. (Muito bem; muito bem.)

O SR. ACURCIO TORRES (*) — (Para uma comunicação) — Sr. Presidente! Surpreendido com a notícia, trazida ao conhecimento da Câmara, de lamentáveis acontecimentos ocorridos ontem na próspera cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba do Norte, certo, há de se ver desde logo, não venho discutir agora os fatos ali desenrolados, pois nem o próprio ilustre Deputado Samuel Duarte, que nos deu ciência de tais ocorrências, delas tem notícia em detalhes.

Firmito-me, entretanto, Sr. Presidente, falar neste instante, e o mais levemente possível, para frisar a Casa — notadamente aos meus nobres colegas da Praia do Norte participantes do debate — que aquele Estado tem, um Governo, por sinal udenista, cujo chefe, até há poucos dias, era o Sr. Osvaldo Trigueiro. Desincompatibilizando-se este por isso que é candidato a esta Câmara, passou o exercício ao atual Governador, Sr. José Tarzino, também da UDN, partido que tem como dirigentes das duas alas na Praia do Norte o eminentíssimo Senador José Américo e não menos eminentíssimo Deputado Argemiro de Figueiredo.

Ora, precisamos por um ponto final no hábito de tudo se atribuir ao Sr. Presidente da República, sempre que em qualquer Estado da União a ordem é perturbada, toda vez que um grupo político, segundo ainda há pouco dia à Câmara o brilhante Deputado Samuel Duarte, se atira contra outro, em manifestação pública.

Quem tem de manter a ordem no Estado Sr. Presidente é o Governador udenista, Sr. José Tarzino! E estamos certos de que S. Ex. há de

(*) Não foi revisto pelo orador.